

Os debates em Relações Internacionais e a emergência do movimento construtivista*

The debates on International Relations and the emergence of the constructivist movement

Victor Coutinho Lage

Resumo

Este artigo busca estabelecer uma narrativa acerca do elo entre os três debates em Relações Internacionais e a emergência do movimento construtivista. Para isso, três passos serão dados: primeiro, entendem-se as características principais de cada um dos debates; segundo, propõe-se um modelo de análise crítica do modo de estruturação dos enfrentamentos entre os oponentes nos três debates; terceiro, compreende-se como o construtivismo se deparou com um espaço profícuo para a proposição de seu internamente multifacetado projeto. Ao final, conclui-se que o movimento construtivista traz o potencial para um novo modelo comunicativo, para a constituição de um espaço de diálogo que, ao invés de pela polêmica, fundamenta-se pela problematização do campo.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Debates; Meta-teoria; Construtivismo.

* Este artigo é produto de reflexões motivadas por um projeto de pesquisa acerca dos debates em Relações Internacionais, coordenado pelo Professor Doutor Eduardo Soares Neves Silva, ao qual agradeço imensamente pelo convite de participação nesse projeto.

A historiografia das Relações Internacionais nos apresenta uma narrativa inseparável dos *grandes debates*. Através deles, o campo foi se delineando, estabelecendo suas fronteiras, (re)construindo sua identidade; algumas interpretações e perspectivas foram legitimadas, outras, marginalizadas. Este artigo lida com uma parte deste processo: o elo entre os debates e o movimento construtivista.

Na narrativa de Waeber (1996), os debates são metaforizados por uma disputa pela liderança e são classificados conforme a temática que os envolvem. Nessa linha, a invenção da disciplina seria produto de teóricos liberais, os quais perderam sua liderança em razão da coroação do realismo após o primeiro debate – político e filosófico –, nos anos de 1940. Nas duas décadas seguintes, o realismo teria reinado com relativa tranquilidade, até o momento em que desafiantes behavioristas disputaram a metodologia adequada para a condução dos estudos empíricos do campo contra o grupo denominado de tradicionalismo: era o segundo debate. Produziu-se uma situação confusa, em que a liderança parecia não estar clara – com efeito, o realismo sofreu grande influência do behaviorismo, algo evidenciado em suas reformulações a partir do fim da década de 1970, sendo a “Teoria das Relações Internacionais”, de Kenneth Waltz, a maior expoente desse cruzamento.

Ainda segundo Waeber (1996), o pluralismo teórico adentrou-se no campo nos anos de 1970, conformando a metáfora do triângulo interparadigmático: nesse momento, as Relações Internacionais viam no chamado terceiro debate não um momento de transição, como teriam sido os anteriores, e sim um peregrino estado científico no campo, no qual ontologias incomensuráveis ditavam realidades internacionais discrepantes. Ou seja, o debate interparadigmático consubstanciou uma imagem de incomensurabilidade entre as imagens teóricas da disciplina, isto que dizer que premissas básicas não deveriam ser avaliadas entre si, afinal seriam representações de visões de mundo diferentes, ontologias impassíveis de julgamento racional, apenas da adesão psicológica dos praticantes da área (WAEVER, 1996). Em meados da década de 1980, vieram, na opinião de Waeber (1996), novas confrontações, em níveis diferentes, os quais teriam se movido para além do bloqueio da incomensurabilidade, em direção à constituição de um quarto debate, de cunho filosófico, entre racionalistas – fruto de uma compatibilidade sintética entre liberalismo e realismo e suas reformulações neoliberal e neo-realista, respectivamente – e reflexivistas.¹

¹ À época de elaboração de seu texto, Waeber (1996) considerou o estágio contemporâneo como posterior ao quarto debate, marcado por uma reaproximação dos pólos, em vias de construção de um campo intermediário, povoado por institucionalistas e construtivistas (mais sobre isso será discutido adiante).

A separação entre um terceiro e um quarto debates não deve ocultar um elo fundamental entre eles: o movimento de pluralismo intelectual que se aprofundou, atingindo um estágio de intensa atividade meta-teórica no campo. O quarto debate não é tão desconexo do terceiro como a contagem do autor pode transparecer. Se é verdade que houve uma metamorfose temática na virada da década de 1970 para a de 1980, não se pode inferir disso uma fronteira nítida no que tange ao movimento de proliferação e de crítica teóricas, o qual indica a existência desse elo entre os debates. Diante disso, este texto se pautará a partir de agora em uma definição de *três debates*, sendo que o terceiro engloba um estágio interparadigmático e outro meta-teórico. Reconstruir a numeração de Waeber (1996) apenas tem o propósito de enfatizar a conexão entre a dinâmica instauradora do triângulo interparadigmático e a intensificação da atividade meta-teórica nas Relações Internacionais.

Na evolução do campo, três vetores são fundamentais: o externo, o interno e o interdisciplinar. O vetor externo se refere ao impacto dos eventos do espaço internacional enquanto objeto de estudo; o interno, à dinâmica no interior das fronteiras construídas como delineadoras das Relações Internacionais na condição de disciplina acadêmica; finalmente, o interdisciplinar concerne à inserção de pensamentos, proposições e abordagens de outras áreas de estudo nessas fronteiras dos estudos internacionais. Ter em mente a interação constitutiva entre a “realidade” internacional, as Relações Internacionais e as outras disciplinas favorece uma perspectiva mais ampla do contexto (sócio)acadêmico.

Pavimentado o caminho pelo qual a trajetória será traçada, propõe-se uma caminhada: o primeiro passo retomará as características essenciais de cada um dos debates; o segundo, aproveitando-se do seu antecessor, constrói um modelo narrativo de análise crítica dos debates; o terceiro compreende a emergência do movimento construtivista nesse espaço acadêmico. Para isso, três seções se seguem: a próxima se ocupa dos dois primeiros passos, a subsequente lida com o terceiro passo e, ao fim, faz-se uma breve conclusão.

Os debates em Relações Internacionais e um modelo de análise

Os debates em Relações Internacionais resultaram de desafios propostos por abordagens alternativas que buscavam questionar a utilidade, a eficácia, o poder explicativo e/ou as bases filosóficas de teorias que supostamente predominariam no campo em períodos determinados.

O primeiro dos desafios foi erigido pelo realismo contra o idealismo. A narrativa convencional conta uma disputa entre os paradigmas idealista – dominante até o entreguerras – e realista, na qual o último teria triunfado.

Responsabilizado pelas atrocidades das duas guerras mundiais, o idealismo foi marginalizado, em prol da institucionalização de uma interpretação que pretendia corresponder à “realidade” da política internacional. Uma análise cuidadosa, porém, demonstra que o primeiro debate foi uma “meia-verdade” (VIGNESWARAN; QUIRK, 2004). Dois aspectos sustentam essa tese de “meia-verdade”. Por um lado, não se deve diminuir a importância das controvérsias, polêmicas e posições distintas motivadas pelo épico livro de Edward Carr, **Vinte anos de crise**, cujo objetivo, já no subtítulo, era ser uma “introdução ao estudo das Relações Internacionais”; polêmica e análise, orientação política e reflexão filosófica, preocupação contemporânea e histórica, tudo isso permeia um dos maiores clássicos do campo (WILSON, 1995), logo, em certo sentido, houve um debate suscitado pelas idéias de Carr (1981). Por outro lado, não deriva disso que esse debate tenha ocorrido entre duas escolas de pensamento homogêneas (o realismo e o idealismo), como prega a narrativa convencional. Ashworth (2002) não hesita em afirmar que os estudos internacionais no entreguerras foram marcados, de fato, por debates, porém estes se centraram em temas como política externa, relação do capitalismo com a guerra, eficácia de um regime de segurança coletiva ou disputa entre isolacionistas e internacionalistas nos Estados Unidos. Vigneswaran e Quirk (2004) notam a existência de uma dicotomia nos anos de 1940: de um lado, Hans Morgenthau, advogando em favor de um interesse nacional, de outro, William Fox, defensor de uma abordagem moralista. O próprio Morgenthau (1950), ao conduzir um estudo histórico acerca dos pensamentos políticos estadunidenses, defende a existência de uma controvérsia *no âmbito da análise política, e não acadêmica*; o autor afirma: “o grande debate dos anos 20 e dos anos 30 entre internacionalismo e isolacionismo foi conduzido, primordialmente, em termos morais” (p. 851, grifos nosso).²

A obra de Carr (1981), lançada originalmente em 1939, contradiz a apologia ao realismo desenhada posteriormente pelos construtores da noção do primeiro debate. O termo “realismo utópico” chega a ser auto-explicativo, no sentido de indicar com nitidez que o autor se distancia de qualquer posição extrema na dicotomia entre utopia e realidade. Ainda assim, a narrativa convencional institucionalizou uma interpretação de Carr como o célebre responsável pela derrota do idealismo e pela sua substituição pelo novo paradigma, o realismo. Wilson (1995) aponta que os termos designadores do debate passavam a causar, por si só, sentimentos opostos de aceitação do

² No original: “the great debate of the twenties and thirties between internationalism and isolationism was carried on primarily in moral terms” (MORGENTHAU, 1950, p. 851).

realismo e repúdio do idealismo; Schmidt (1998, 2002) expõe que o “momento idealista” é uma ficção, uma discrepância entre o que se define por idealismo e o discurso histórico do período.

O ponto-chave do primeiro debate foi a *construção retroativa*. A literatura do suposto debate ganhou robustez apenas após a Segunda Guerra, isto é, depois do período no qual teria ocorrido, segundo a narrativa convencional, a dicotomia entre realistas e idealistas. Interessante é verificar como com o passar do tempo o debate não somente foi sendo construído textualmente, mas também se intensificou uma polarização que outrora não existia entre as posições. A postura conciliatória de Carr (1981) foi se esvaindo, culminando na postura de autores como Herz (1981), advogado de uma coerência histórica do realismo, que, sob a égide de Morgenthau, teria derrotado um “pensamento ilusório” do entreguerras.³ Idealismo e realismo passaram a ser concebidos como campos incomunicáveis e incomensuráveis (VIGNESWARAN; QUIRK, 2004).

Em suma, a concepção do debate se trata de uma meia-verdade: uma reconstrução retroativa da disciplina que retomou o passado, a fim de fazer da controvérsia política e filosófica iniciada por Carr um verdadeiro e incontestável “primeiro grande debate”, em cujo final os realistas teriam passado a reinar nas Relações Internacionais. Inúmeras idéias foram descartadas, sob a justificativa de serem utópicas ou idealistas (SCHMIDT, 2002), ditas não fidedignas à “realidade internacional”, quando, na verdade, o “paradigma idealista” foi uma construção realista posterior ao fim da Segunda Guerra, tornada uma verdade incontestada das Relações Internacionais⁴ (ASHWORTH, 2002; THIES, 2002). Para Thies (2002), a evolução de uma disciplina é um processo pelo qual há a substituição de paradigmas que alegam corresponder melhor à realidade e, por conseguinte, fazer a disciplina progredir; ao longo da formação desses supostos paradigmas progressistas, uma dimensão essencial é a consubstanciação de uma identidade social compartilhada por determinado grupo. Embora a narrativa convencional realista tenha servido aos seus próprios interesses, não se pode negligenciar o fato de que operou um outro importante propósito, uma função interior à disciplina das Relações

³ Nos anos 50, o artigo de Morgenthau (1952) já atentava para essa polarização, versando sobre uma disputa entre realistas e utópicos e o processo de construção do inimigo por parte dos primeiros.

⁴ O idealismo, segundo Ashworth (2002) e Thies (2002), embora compartilhe alguns pontos gerais, é um rótulo retórico que encobre um grupo extensamente diversificado de discursos, idéias, prescrições políticas, enfim, uma categoria amorfa (WILSON, 1995), a despeito da tentativa unificadora de Osiander (1998), para quem houve um verdadeiro “paradigma idealista”.

Internacionais, segundo Vigneswaran e Quirk (2004): proveu um sentido a uma ciência nascente no interior da academia; com ele, passou a ser possível delimitar uma área específica de discussão teórica acerca de um objeto determinado, qual seja, os estudos internacionais, agindo, pois, como um organizador do campo.

Da mesma forma que, anos antes, os realistas alegaram serem os desafiadore de uma hegemonia, chegou a vez, nos anos de 1950 e, em especial, nos anos de 1960, de se verem na condição de desafiados: foi o segundo debate, entre behavioristas e tradicionalistas. Finnegan (1972) enumera três razões para a ocorrência do debate: (1) nos anos de 1950, a Ciência Política presenciou uma disputa entre behavioristas e não-bebehavioristas, e, nos anos de 1960, essa disputa ressoou nas Relações Internacionais, com o movimento da abordagem científica para dentro da disciplina dominada até então pelo Direito Internacional e pela História Diplomática – o tradicionalismo; (2) a intrusão do behaviorismo provocou a reação por parte de muitos estudiosos, gerando uma série de artigos críticos de ambos os lados; e (3) esse contexto, deparado com uma tendência natural de produção variada de métodos por parte de estudiosos em um campo ainda não consolidado, forma um ambiente propício a disputas dessa natureza.

Ao contrário do primeiro debate, neste coexistiam autores nos dois lados da disputa. Tanto tradicionalistas, como Hoffmann (1959) e Bull (1966), quanto behavioristas, como Kaplan (1966), reconheciam, em alguma medida, a contribuição que o adversário poderia trazer. Os autores adotaram uma estratégia recorrente nos debates acadêmicos, qual seja, a de construir um núcleo de proposições atribuído ao adversário, para então estabelecer uma contraposição e auto-afirmar sua própria abordagem. A dicotomia constituída pelos textos acadêmicos separou duas metodologias divergentes, cada uma delas objetivando vencer o adversário, institucionalizar-se como paradigmática e consolidar a autonomia da disciplina; a vitória de um lado seria a derrota de outro; os pólos consistiram em duas guildas intelectuais (WELTMAN, 1982) que trabalhavam apenas no interior de suas premissas, acessando o outro lado apenas por meio de suas divergências metodológicas: em uma das guildas, a escola behaviorista, a qual via na teoria sistêmica geral o progresso; na outra, a tradicionalista, rejeitando essa teoria, vendo na especulação filosófica e na generalização empírica os caminhos a se seguir.

A discussão metodológica ocultou o terreno comum em que as abordagens se situavam: o materialismo e o realismo filosóficos. Bull (1966) e Kaplan (1966) atribuíam à realidade dos eventos o papel de árbitro da metodologia aplicada pelos praticantes; o contexto externo se torna uma

materialidade inescapável para o critério de veracidade dos estudos clássicos ou científicos e as transformações disciplinares ocorrem em sentido unidirecional (do externo internacional ao interno das Relações Internacionais). Assim, a realidade deve ser explicada, e não construída, por teorias, modelos e técnicas; são esquecidos os aspectos constitutivos dos conceitos e as intersubjetividades co-construtoras da realidade (KRATOCHWIL, 2006).

Não obstante esse compartilhamento mínimo epistemológico, duas considerações devem ser destacadas. Em primeiro lugar, o tradicionalismo adota uma epistemologia que, além de materialista e realista filosóficas, é, ainda, indutivista e falsificacionista. Isso pode ser inferido na defesa que Bull (1966) faz da generalização empírica como forma de se chegar a explicações “verdadeiras” da realidade internacional e na defesa do teste empírico como o critério maior de avaliação das teorias. No lado behaviorista, a convergência epistemológica mínima (materialismo e realismo) não evita o distanciamento em dois outros aspectos: no primeiro, ao passo que Bull (1966) flerta com o indutivismo, Kaplan (1966) tende ao dedutivismo, haja vista sua recorrência a modelos abstratos dos quais seriam derivadas hipóteses acerca da realidade e a partir dos quais o estudo seria conduzido. Uma relativa convergência ulterior entre os autores se mostra na conservação do falsificacionismo, pois Kaplan (1966) declara que a realidade determinaria a queda de modelos e a substituição por novos e mais próximos do ideal de uma teoria dedutiva das relações internacionais. No segundo aspecto, Bull (1966) rejeita o monismo metodológico mitigado com o qual flerta Kaplan (1966), quando este defende um arsenal científico geral e, ao mesmo tempo, reconhece diferenças entre sistemas (objetos de estudo).

Em segundo lugar, as ontologias subjacentes ao tradicionalismo e ao behaviorismo eram discrepantes (as realidades do internacional não eram as mesmas), porém, como o debate não abrange essa temática, foram mantidas implícitas, obstaculizando o diálogo entre os pólos. Em suma, a “realidade empírica” de cada lado foi estruturada pelas premissas, pelos conceitos e pelas percepções implícitos adotados (WELTMAN, 1982) – epistemologia e ontologia se mantiveram reificadas. Nesse cenário, foi a inclinação psicológica, e não tanto o argumento racional ou lógico, a responsável pelas escolhas teórico-metodológicas dos praticantes (LIJPHART, 1974).

Partindo de ontologias e questões diferentes, era de se esperar que as abordagens chegassem a proposições e respostas diferentes. Não havendo acordo nem mesmo acerca de quais problemas seriam centrais no espaço internacional, os lados em oposição não conseguiram manter uma comunicação prolífica entre si. O impedimento ao debate, portanto, é causado não

somente pela dificuldade em se conformarem estudos sob um rótulo unificador, seja “clássico”, seja “científico”, como também, e principalmente, pela barreira ao nível fundacional das teorias e dos métodos, pela inexistência do conhecimento recíproco – ou pela atitude de ignorá-lo – tangente às premissas de cada método. Em um domínio de termos vagamente definidos e teoricamente confusos, além de aplicados de modo inconsistente, seria mesmo de se esperar o fato dos mesmos termos estarem associados a significados díspares, diluindo qualquer possibilidade de evolução ou acumulação do conhecimento (HAAS, 1967),⁵ ou mesmo eficácia de qualquer crítica externa (WELTMAN, 1982); a inclinação psicológica não somente será inevitável, como também será adotada uma posição a partir de postulados mal apresentados e confusos, tornando ideológicas as escolhas que deveriam ser psicológicas e *racionais*.

Se o primeiro debate é narrado como o triunfo do realismo, o mesmo não pode se dizer em relação ao segundo. Conforme foi dito anteriormente, o behaviorismo, ao se adentrar nas Relações Internacionais, desafiou a hegemonia tradicionalista do campo, uma abordagem metodológica trabalhada por Bull (1966) e que teria sido adotada, até o momento do segundo debate, pelos realistas clássicos, líderes da disciplina. Contudo, ainda que seja incorreto definir um vitorioso para o debate dos anos 1950 e 1960, foi indiscutível o impacto behaviorista na condução das pesquisas e na formulação teórica das Relações Internacionais. Um exemplo exponencial basta para se atestar esse impacto: o neo-realismo.

Waltz (2004 [1959]), em livro de 1959, identifica, *no nível de análise sistêmico*, as causas estruturais da dinâmica conflitiva da política internacional. Vinte anos depois, as reflexões do autor culminaram no épico **Teoria das Relações Internacionais**, cujo principal objetivo era formular uma teoria sistêmica da política internacional. Waltz (2002 [1979]) dirige sua crítica à Kaplan não devido à tentativa sistêmica do autor, e sim ao seu fracasso em construí-la.⁶ Portanto, antes de ser condenado pelo que pretendeu fazer, Kaplan o é por não ter obtido sucesso em sua pretensão. O impacto do segundo debate é notável na teoria neo-realista:⁷ o diálogo com o behaviorismo (em especial com Kaplan) é fundamental para os objetivos do autor de evitar

⁵ A apresentação do segundo debate não pode negligenciar as tentativas de diálogo entre as abordagens, por parte de autores como Finnegan (1972) e Haas (1967), entre outros. Contudo, ao contrário de refutarem a incomunicabilidade argumentada, essas tentativas a reforçam, visto que se mantiveram ao nível metodológico e, por isso, não conseguiram diluir as questões epistemológicas e ontológicas que impediram a construção desse espaço de diálogo meta-teórico.

⁶ Waltz (2002 [1979]) cita diversos autores que considera serem reducionistas e, portanto, tradicionalistas. Nesse grupo, incluem-se Hoffmann e Kaplan.

⁷ “Neorealismo” não é termo de Waltz, e sim de críticos como Ashley (1986).

os erros identificados nas fracassadas empreitadas sistêmicas, as quais se mostraram, de acordo com o neo-realista, nada além de proposições reducionistas ou tradicionalistas.

O final da década de 1970 marcou o início de um pluralismo teórico a se intensificar nos anos seguintes; como o neo-realismo, muitas outras teorias foram propostas e conformaram três vértices de um *triângulo interparadigmático*⁸ – o realismo, o liberalismo e o radicalismo.⁹ Esse pluralismo, gênese do terceiro debate, pode ser explicado à luz dos três vetores citados anteriormente: no vetor externo, é possível citar as crises do petróleo, as quais vieram a desafiar as teorias convencionais, tendo em vista que estas teriam sido incapazes de explicar, entre outras coisas, a importância de atores não-estatais; no vetor interno, o realismo clássico de Morgenthau e o tradicionalismo, como um todo, quando desafiados pelo behaviorismo, metamorfosearam-se nas reformulações estruturalistas, como o neo-realismo; por fim, no vetor interdisciplinar, inseriram-se perspectivas advindas da filosofia da ciência, da filosofia da linguagem, do pragmatismo, do pós-estruturalismo, entre outras.

Ao longo dos anos de 1980, dois movimentos começaram nas Relações Internacionais. De um lado, a coexistência de teorias passava a ser admitida como a condição natural do campo, portanto o triângulo não seria uma transição e sim um estado permanente (Waeber, 1996). De outro lado, autores como Cox (1986), Ashley (1986) e Walker (1993) começaram um processo que se fortaleceu nos anos seguintes: selecionaram um adversário – o neo-realismo –, classificaram-no como racionalista ou positivista e, em seguida, desqualificaram-no, em prol de uma abordagem reflexivista ou pós-positivista. A diferença entre os movimentos paralelos é, de fato, temática – predominantemente ontológica no primeiro, ao passo que filosófica, no segundo; não obstante, há um elo fundamental: o pluralismo intelectual e teórico do final dos anos 1970, visto como inadequado, insuficientemente profundo e conservador, transformou-se em um questionamento meta-teórico que, iniciado na própria década de 1980, ganhou força e consubstanciou uma dicotomia emblemática do estágio meta-teórico do terceiro debate: o positivismo ou racionalismo contra o pós-positivismo ou reflexivismo.¹⁰

⁸ Nessa fase, as Relações Internacionais importaram Kuhn como o filósofo da ciência capaz de explicar a incomensurabilidade do campo. A apropriação de Kuhn, em geral, foi imprecisa, basta que se lembre que Kuhn era claro ao dizer que as ciências humanas não estariam em um estágio de ciência normal, logo não possuiriam paradigmas.

⁹ Terminologia de Waeber (1996).

¹⁰ O intercâmbio dos termos positivista e racionalismo, assim como pós-positivismo e reflexivismo é recorrente nos textos do campo. Sem dúvida, a identidade é passível de ser questionada, porém isso não é parte do escopo deste artigo.

Keohane (1988) e Lapid (1989) trataram de rotular as constelações contemporâneas nas Relações Internacionais e estruturar as controvérsias da “era pós-positivista” (LAPID, 1989). A partir desse momento, positivismo e racionalismo se tornaram sinônimos para a maioria dos críticos desafiantes. A intensificação da meta-teoria correspondeu a uma reflexão das bases filosóficas e de suas implicações políticas e de poder para as relações internacionais. Com efeito, é possível dizer que o terceiro debate foi um processo duplo: em primeiro lugar, liberalismo e realismo foram reformulados sob os rótulos de neoliberalismo ou institucionalismo e neo-realismo, respectivamente,¹¹ formando o pólo racionalista ou positivista, contra abordagens radicais que passaram a habitar o pólo reflexivista ou pós-positivista; em segundo lugar, teve lugar uma politização do triângulo interparadigmático conducente à situação do “debate meta-teórico”, isto é, a relação entre teoria e prática foi reconstruída à luz de questões de política e de poder.

O pluralismo teórico e a atividade meta-teórica, englobados sob o terceiro debate, representam um grande movimento crítico nas Relações Internacionais. O acesso meta-teórico não somente polemizou o campo mas também lançou bases para a problematização do mesmo. Segundo Foucault, analisado por Cooper e Blair (2002), os discursos possuem duas variedades particulares: a polêmica e a problematização. Na primeira, o polêmico jamais questiona sua própria posição ou a autoridade que possui e vê, na posição com a qual contrasta não um parceiro de diálogo, e sim um adversário, um inimigo ameaçador. Na segunda, o mote fundamental é a busca por entendimento, baseado em uma reciprocidade que privilegia o diálogo com o “outro”.

Auxiliado por essa distinção de Foucault, é possível que se dê mais um passo na caminhada pelos debates em Relações Internacionais: a construção de um breve modelo crítico. Esse modelo almeja entender como se deu a estruturação das controvérsias acadêmicas; as interações de cada período construíram dicotomias que se transmutaram em polêmicas, ou seja, em enfrentamentos caracterizados por desafiantes que selecionaram seus adversários e os classificaram como inimigos, ameaçadores da ordem disciplinar das Relações Internacionais e obstáculos à institucionalização de uma teoria capaz de explicar o internacional. Sendo polêmica, a situação colocava a necessidade de derrotar o oponente, a fim de um novo líder prover estabilidade e direção aos estudos internacionais.

A estrutura dicotômica dos debates conforma um modelo de enfrentamento: os críticos (1) elegeram um alvo; (2) definiram-no de maneira caricatural;

¹¹ O “debate neo-neo” (ganhos absolutos contra ganhos relativos) se insere no lado racionalista do terceiro debate.

(3) a partir dessa caricatura, estabeleceram sua contraposição; em seguida, (4) emergiram metáforas ou auto-imagens institucionalizadas pelos praticantes; (5) essas metáforas concederam rótulos às constelações de teorias e teóricos da área (WAEVER, 1996) e (6) nortearam as interações acadêmicas posteriores e o ensino difundido pelos estudiosos; e, com isso, (7) conduziu-se um suposto “debate” que, na verdade, foi incapaz de constituir um espaço dialógico em meio à polêmica.

O argumento é que os debates representam uma trajetória de organização do campo, um norte à condução das pesquisas, uma estruturação das interações acadêmicas – não são sintomas de progresso, tampouco de estagnação. A dicotomia positivismo/pós-positivismo, ainda que inserida no discurso da polêmica, permitiu, por meio de sua temática filosófica, que a discussão acadêmica se voltasse aos compromissos meta-teóricos, até então mantidos implícitos. Nesse sentido, o debate dos anos 1980 foi um importante prelúdio e, mais do que isso, uma *condição de possibilidade* para a *problematização* do campo. E foi exatamente esse processo que permitiu a receptividade ao construtivismo.¹²

O movimento construtivista e o espaço de diálogo meta-teórico

Reflexão acerca da modernidade e do pensamento ocidental, reação ao fim da Guerra Fria (GUZZINI, 2000) e fruto da evolução disciplinar: a emergência do *movimento construtivista* (WIENER, 2006) refere-se aos vetores interdisciplinar, externo e interno. O construtivismo,¹³ enquanto meta-teoria das Relações Internacionais, ganhou proeminência apenas nos anos 1990; no entanto, seu projeto remonta a vertentes filosóficas pregressas e diversificadas, desde o pensamento grego à filosofia da linguagem de Wittgenstein e à teoria de Anthony Giddens, entre outros. Além desse vetor interdisciplinar, o externo se associa, em especial, ao fim da Guerra Fria, para muitos o marco da crise do neo-realismo; o interno, aos debates – o construtivismo retoma questões levantadas pelos idealistas, pelos tradicionalistas e pelos behavioristas, reformulando-as em seu projeto. Dito isso, chega-se ao terceiro passo da caminhada deste artigo: entender como o construtivismo se tornou possível no campo e qual sua contribuição principal.

¹² Segundo WAEVER (1996), o construtivismo não é o único a buscar a reaproximação entre racionalistas e reflexivistas; institucionalistas e teóricos da Escola Inglesa seriam outros exemplos.

¹³ O construtivismo é um termo que engloba perspectivas diferentes e muitos textos trabalham esse aspecto. De maneira geral, pode-se separá-lo em duas vertentes: a estrutural e a lingüística.

O construtivismo é visto por muitos como uma oportunidade única de síntese de “meio-termo” (ADLER, 1997; WENDT, 1999) ou como uma promessa (HOPF, 1998) às Relações Internacionais.¹⁴ Não obstante, sua maior contribuição é, na verdade, *a possibilidade de constituição de um espaço de diálogo por meio da discussão em nível filosófico*. A atividade meta-teórica desnuda as relações de política e de poder inerentes ao processo de construção social. O construtivismo traz à tona as relações entre ontologia, epistemologia e política, e possui enorme potencial de impacto na dinâmica internacional para além dos ciclos acadêmicos.

Distante do materialismo estruturalista neo-realista e, igualmente, da dissidência crítica (ASHLEY; WALKER, 1990), o movimento construtivista é uma meta-teoria que busca entender a mútua constituição entre agentes e estruturas, mundo material e mundo ideacional (e intersubjetivo) e teoria e prática. Sua força não está tanto na elaboração de um programa de pesquisa¹⁵ ou no objetivo sintético de muitos de seus partidários, e sim na potencialidade de abertura do diálogo, distanciamento da polêmica e de *problematização*. Antes de qualquer coisa, o que se tem é uma incidência do movimento construtivista sobre o terceiro debate, sobre a polarização entre racionalistas (positivistas) e reflexivistas (pós-positivistas). Price e Reus-Smit (1998) afirmam que a gênese do movimento se encontra no terceiro debate e em sua proposta de engajamento tanto com as teorias críticas ou reflexivistas quanto com as teorias dominantes ou racionalistas. O resultado disso é, segundo os autores, um potencial considerável para o desenvolvimento de críticas mais consistentes. Sendo assim, a *via media* meta-teórica seria de interesse para ambos os extremos do espectro do debate entre positivistas e pós-positivistas.

Wiener (2003, 2006) afirma que, além de se preocupar com a socialização das relações internacionais, o construtivismo facilita a comunicação entre diferentes escolas e teorias, em oposição ao estilo hostil do debate das décadas anteriores.¹⁶ Segundo a autora, é um passo para além das oposições binárias, em que a comunicação é direta, possibilitando uma reestruturação do modelo de enfrentamento, em detrimento do modo polêmico e com privilégio ao

¹⁴ Desde Carr (1981), as empreitadas sintéticas nas Relações Internacionais abundam, porém em geral conservam a incapacidade de estabelecimento de um diálogo meta-teórico. O construtivismo gera expectativas de rompimento dessa rotina, o que não significa que instaurará uma síntese no campo, como se argumentará em seguida.

¹⁵ Tarefa ainda não consolidada, apesar das inúmeras propostas, como as de Adler (1997) e Hopf (1998), os quais seguiram as recomendações de Keohane (1988).

¹⁶ Para a autora, o quarto debate (ontológico) se trava entre racionalistas e construtivistas, em oposição ao debate epistemológico entre positivistas e pós-positivistas.

acesso do “outro” como não mais um inimigo, mas um parceiro dialógico. Assim, o movimento construtivista evitou construções retroativas de seus oponentes, exclusivismos metodológicos ou impasses epistemológicos, constituindo um espaço para genuíno *debate*, distante da visão de incomensurabilidade e próxima ao engajamento argumentativo. Na mesma linha de Waeber (1996) e Wiener (2003), este artigo está no campo das potencialidades do diálogo, ou seja, seria prematuro qualquer postulado acerca do futuro das pesquisas e do engajamento inter-teórico nas Relações Internacionais; mesmo assim, há um terreno fértil para se acreditar na promessa do construtivismo.

Wight (2001), porém, é cético em relação à possibilidade do construtivismo ou de qualquer outra abordagem estabelecer uma posição intermediária entre o positivismo e pós-modernismo (ou pós-positivismo). Segundo o autor, o construtivismo é apto a habitar um terreno intelectual, porém não o meio-termo que advoga em seu favor. O autor analisa a confusão inerente às Relações Internacionais – suas dicotomias, posições teóricas, especulações filosóficas, entre outras controvérsias – e defende a necessidade de maior elucidação dos termos assumidos pelos praticantes da área. De fato, o autor – e, com ele, Barkin (2003) ¹⁷ – está correto em relação a essa miscelânea mal definida de conceitos; até mesmo seria válido dizer que muitas das incidências construtivistas não fizeram mais do que reconstruir oposições com base em caricaturas, reproduzindo o discurso polêmico. A postura de Wight (2001) instiga ao aprofundamento da discussão filosófica no campo; no entanto, ao contrário do autor, este artigo crê na possibilidade dessa tarefa ser levada a cabo a partir do movimento construtivista, o que não significa um endosso de todo(s) o(s) projeto(s) do construtivismo, visto que o argumento em seu modelo comunicativo potencial: nem todo construtivista supera a polêmica, no entanto é nele que essa superação parece mais receptiva.

De acordo com Wiener (2003, 2006), o aspecto central nesse processo dialógico é o foco ter se distanciado da epistemologia e da metodologia, voltando-se à ontologia. Houve uma nova proposta na concepção das relações internacionais: no lugar de ser um mundo físico e materialista, no qual somente seriam relevantes as variáveis de poder que se remetessem à materialidade, a proposta narra um mundo social, de práticas constitutivas, de normas e regras, de identidades, enfim, uma ontologia social do espaço internacional.

¹⁷ Os artigos de Barkin (2003) e de Patomaki e Wight (2000) são realizações muito expressivas desse potencial comunicativo do construtivismo. Embora não sejam construtivistas estruturais ou lingüísticos, o espaço de diálogo que constroem é fruto da discussão filosófica cuja gênese se dá no terceiro debate e no movimento construtivista.

Segundo Wiener (2003), um dos principais pontos contenciosos entre os construtivismos é a qualidade dual das normas, isto é, a defesa, de um lado, do caráter constitutivo, regulatório e estrutural sobre as identidades e/ou os comportamentos dos agentes; de outro, do aspecto construtivo das práticas sociais, no qual as normas seriam constituídas constantemente pelas interações agenciais.¹⁸ À parte essa dualidade, o recurso às normas é um ponto em comum no projeto cuja maior aspiração é ser uma ferramenta de compreensão da mudança.

O ponto anterior expressa, em concomitância, a maior incerteza e a maior contribuição do construtivismo. A incerteza deriva da dificuldade de formulação de estudos de caso que coloquem a proposta construtivista em ação; explicar a mudança social por meio da intersubjetividade e do afastamento das premissas neo-realistas ainda é uma tarefa árdua. Ao mesmo tempo, o recurso às normas se liga à sua maior contribuição, na medida em que se remete à construção social do espaço internacional e, por conseguinte, ao meio-termo da polarização do terceiro debate: por um lado, evita-se o materialismo racionalista; por outro, o relativismo e à lacuna de propostas reconstrutivas do reflexivismo dissidente. A intersubjetividade passa a ser o árbitro problematizador das posições extremas, permitindo a ascensão desse estilo comunicativo do movimento construtivista, definido por Guzzini (2000) como uma meta-teoria que reconhece dois fundamentos: a virada interpretativa – a construção social do conhecimento, do significado e da interpretação – e a sociológica – a construção social da realidade.

Salienta-se que a potencialidade comunicativa do construtivismo nem sempre foi explorada. Onuf (1989), na sua principal obra, **World of our making**, reproduz, em certo sentido, a oposição binária do terceiro debate, entre positivismo e pós-positivismo. Se é verdade que Onuf (1989) se posiciona distante dos extremos reflexivista e racionalista e possui o objetivo de reconstrução teórica, sua tarefa flerta com uma estratégia há muito utilizada nas Relações Internacionais: a caricatura polêmica do adversário. O meio-termo de Onuf (1989) se expressa na sua afirmação de que ele se distancia tanto da modernidade quanto dos pós-estruturalistas que pregam a desconstrução aos moldes de Derrida; esse distanciamento, porém, é problemático, devido à caracterização que Onuf faz dos adversários (WIGHT, 2001). O aspecto caricatural desse desenho do autor centra-se na sua caracterização

¹⁸ Está nessa qualidade dual das normas uma das mais fundamentais divergências entre o construtivismo estrutural e o lingüístico.

do positivismo¹⁹ e no superficial acesso aos compromissos meta-teóricos de pós-estruturalistas, em especial Foucault e Derrida;²⁰ apesar disso, a reprodução do discurso polêmico é somente parcial, pois de fato há uma proposta filosófica intermediária.

O caso de Wendt (1999) demonstra um desenho mais claro de um debate entre construtivismo e racionalismo. Seu alvo principal é Waltz: a convergência entre ambos é a abordagem sistêmica que desenvolve, e o distanciamento é o materialismo, o individualismo e a negligência da mudança no segundo contra o idealismo estruturacionista do construtivista. As três propostas sintéticas de Wendt (1999) são: a re-conceitualização da estrutura, a atenção à construção das identidades e dos interesses e a intenção em explicar o processo e a interação inerentes à(s) lógica(s) da anarquia. Com isso, o autor posiciona-se na *via media* entre positivistas e pós-positivistas, porém derivam disso algumas imperfeições: embora consciente da diferença entre o positivismo em suas matrizes filosóficas e o positivismo conforme narrado nas Relações Internacionais, Wendt (1999) parece renegar a discussão epistemológica da filosofia em torno do positivismo, em prol de uma posição no mínimo imprecisa – ser pós-positivista ontológico e positivista epistemológico. Para o autor, isso significa que seus compromissos são de duas ordens: idealista, no que tange à ontologia do sistema internacional, e positivista, concernente à crença na ciência pluralista. É curioso que, embora pareça cômico do equívoco dessa terminologia, ao invés de buscar clarificá-lo, o autor o reproduz.

Os projetos construtivistas de Onuf e Wendt representam a potencialidade comunicativa do construtivismo, visto que propuseram uma discussão de cunho filosófico que, não obstante reproduzir parcialmente o discurso polêmico (Onuf) e apresentar imprecisões filosóficas (Wendt), almejou estabelecer um espaço de diálogo e um meio-termo entre os pólos do terceiro debate, indo além das oposições binárias características dos debates ao longo da história das Relações Internacionais. Esse corolário poderia suscitar uma crítica, pois se argumentaria que, na verdade, o que se fez foi substituir as dicotomias polêmicas anteriores por uma nova, entre construtivismo e racionalismo ou positivismo. Contudo, isso não se sustenta, pois a estruturação dessa controvérsia não corresponde ao modelo analítico desenhado para os três debates anteriores: ao invés de oposições binárias erigidas por meio de caricaturas dos inimigos, essa nova controvérsia (1) não se dá entre dois

¹⁹ Para uma breve e muito interessante crítica da construção do positivismo e do pós-modernismo feita por Onuf, ver Wight (2001).

²⁰ Onuf (1989) é claramente mais receptivo ao trabalho de Foucault do que ao de Derrida, ainda assim o acesso a ambos é superficial.

extremos, e sim entre três posições coexistentes – o racionalismo, o reflexivismo e o construtivismo; (2) as diferenças buscam ser resolvidas em um nível filosófico de acesso dos compromissos meta-teóricos alheios; e, por fim, antes de objetivar rejeitar o inimigo, (3) o projeto construtivista aspira ir além das insuficiências percebidas, por meio da problematização do campo.

Wiener (2003, 2006) faz uma afirmação conclusiva dos argumentos expostos anteriormente: “os elementos específicos de um debate importam menos quando comparados com o modo como o debate é apresentado na disciplina” (p. 8).²¹ A apresentação do debate dos anos 1990 entre construtivistas, racionalistas e reflexivistas consegue ser potencialmente dialógica e promissora, senão de uma grande síntese aos moldes de Wendt (1999), ao menos de um espaço de genuíno debate, sobre cujo futuro ainda é prematuro ou equivocado postular qualquer tendência. Em suma, o movimento construtivismo problematiza o cerne da meta-teoria. No prisma da epistemologia, discutem-se os compromissos meta-teóricos relacionados aos campos polares do terceiro debate, evitando a rejeição do inimigo e propiciando um acesso aos princípios (epistemológicos) comuns e divergentes entre as abordagens coexistentes no campo. Na ontologia, a reconstrução meta-teórica elucida a natureza social do espaço internacional, ou seja, as normas, as regras, as identidades, as práticas sociais constitutivas. Reformulam-se as relações entre teoria e prática, agente e estrutura, materialismo e idealismo e de outras oposições tradicionais no pensamento intelectual ocidental.²² Na metodologia, acata-se a concepção de pluralismo e de adaptabilidade ao objeto de estudo.

Como disse Wendt (1999), adotar o construtivismo não implica a adoção de uma teoria específica, tendo em vista ser ele uma meta-teoria das Relações Internacionais. Em razão disso, a atividade meta-teórica não basta, é preciso um estágio a mais, no qual as teorias são propostas com base em ontologias e epistemologias explícitas e não reificadas. Sendo assim, meta-teoria e teoria caminham juntas, com privilégio da primeira em momentos de incerteza e indefinição disciplinar, como é o caso contemporâneo do campo, e com privilégio da segunda nos momentos de relativo consenso sócio-acadêmico acerca dos princípios filosóficos norteadores das pesquisas.

²¹ No original: “the specific elements of a debate matter less when compared to how the debate is presented within the discipline” (WIENER, 2006, p. 8).

²² Walker (1993) também problematiza essas oposições binárias, no entanto o faz sob a perspectiva pós-estruturalista (não abarcada pelo escopo deste artigo).

Conclusão: os debates e o movimento construtivista

Este artigo propôs uma caminhada ao longo da evolução da disciplina de Relações Internacionais (em especial, nos ciclos anglo-saxões). Nessa trajetória, o primeiro passo foi entender a dinâmica de cada um dos três debates ocorridos desde o período do entreguerras. Percorreu-se pela construção retroativa do primeiro debate, pelo exclusivismo metodológico do segundo até se atingir as duas fases do terceiro debate: o pluralismo intelectual metaforizado pelo triângulo interparadigmático, reflexo da incomensurabilidade entre proponentes de visões de mundo percebidas como incomunicáveis entre si; e a intensificação da atividade meta-teórica, a qual transformou, na década de 1980, o triângulo em um espectro cujos pólos eram habitados por racionalistas ou positivistas, de um lado, e reflexivistas ou pós-positivistas, de outro.

O segundo passo construiu um resumido modelo de análise da estruturação dos debates. Definiu-se um padrão recorrente de enfrentamento, baseado em um discurso de polêmica, o qual trata as abordagens divergentes como inimigos que ameaçam a coesão disciplinar. Ademais, atestou-se um elo entre os debates, uma vez que o realismo triunfante no entreguerras fora interpretado como uma metodologia tradicionalista, desafiada pelo behaviorismo, nos anos 1950 e 1960; esse behaviorismo, mesmo sem o triunfo pleno, influenciara profundamente as reformulações teóricas do pluralismo intelectual do final da década de 1970, em especial o neo-realismo de Waltz; a essa constelação teórica foram atribuídos três rótulos, os quais constituíram os vértices do triângulo dos anos 1970; esse modo de incomensurabilidade foi atacado por críticos dissidentes, os quais se voltaram contra os postulados de teorias dominantes à época no campo, inaugurando a segunda fase do terceiro debate.

Essa narrativa dos debates precisa conter uma ulterior consideração: a suposta superação de abordagens como o idealismo ou de outros discursos marginalizados pelas hegemonias instauradas no campo não significou o padecimento de pensamentos e orientações vencidas. As diferenças temáticas entre os debates não significou uma progressão em direção ao cume de perfeição teórica nas Relações Internacionais. Na verdade, esses debates estruturaram o campo, concederam-lhe coesão e nortearam as pesquisas levadas a cabo por grande parte dos estudiosos; o efeito colateral disso foi impedir o surgimento de outros discursos e narrativas silenciados pelas hegemonias do campo. Em adição a isso, quando o terceiro debate atinge a polarização entre positivismo e pós-positivismo, a filosofia passa, em larga medida, a dar as cartas nos enfrentamentos entre oponentes.

Foi nesse momento que o construtivismo encontrou um terreno fértil para estabelecer uma nova estrutura aos debates em Relações Internacionais,

e foi então que se deu o terceiro passo da caminhada deste artigo. Por meio de uma meta-teoria cuja proposta essencial era se situar no meio-termo do espectro polar do terceiro debate, o movimento construtivista pôde inaugurar ou, ao menos, tornar potencial, um espaço de diálogo, de genuíno debate, ou seja, um novo estilo de comunicação que migrasse do discurso polêmico em direção à problematização do campo. Em outros termos, ao invés de ver no “outro” um adversário ameaçador de suas pretensões paradigmáticas, vislumbra-se nele um parceiro na construção de um diálogo que busca esclarecer os compromissos meta-teóricos de cada parte. Com isso, ontologia, epistemologia e metodologia foram revistas: a realidade internacional passava a ser concebida como uma construção social; o conhecimento, como um processo intersubjetivo de atribuição de sentido por meio de interpretações compartilhadas das ações e do próprio conhecimento; e se propôs a receptividade ao pluralismo metodológico.

O elo estabelecido entre os debates e a emergência do movimento construtivista não deve gerar a inferência de uma evolução inexorável às interações acadêmicas, e sim a concepção de que uma disciplina é também uma construção social por parte de seus agentes (estudiosos) com maior capacidade de agência e de articulação de um discurso ou narrativa mais provável de se institucionalizar. Fazer afirmações contundentes acerca do futuro de longo prazo do campo parece um exercício de futurologia, distante de qualquer predição bem embasada. O espaço dialógico criado pelos debates e pela emergência do movimento construtivista pode tomar diversos caminhos, desde uma grande síntese, quiçá um genuíno paradigma, até a volta de oposições binárias. De qualquer jeito, há bons argumentos para aqueles que, como este artigo, endossam a concepção de que a meta-teoria construtivista pode ser profícua de um modo sem precedentes, favorecendo o diálogo, a comunicação e a maturação do campo. O futuro do construtivismo e das Relações Internacionais depende de seus agentes e da interação destes com a estrutura disciplinar em constante reconstrução ao longo dos seus quase cem anos de formação acadêmica.

Abstract

This article aims at elaborating a narrative concerning the link between the three debates on International Relations and the emergence of the constructivist movement. For such, three steps are taken: first, understanding the main characteristics of each debate; second, designing a model of critical analysis of the framework of the confrontation between opponents in the three debates; third, comprehending how constructivism has found a space favorable to the proposition of its internally multifaceted project. Finally, the conclusion is that the constructivist movement brings the potential for a new communicative model and the creation of a space for dialogue based on field problematization instead of being characterized by polemics.

Key words: International Relations; Debates; Meta-theory; Constructivism.

Referências

- ADLER, Emmanuel. Seizing the middle ground: constructivism in world politics. **European Journal of International Relations**, v. 3, n. 3, p. 319-363, 1997.
- ASHLEY, R. The poverty of neorealism. In: KEOHANE, R. O. (Ed.). **Neorealism and its critics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986. Cap. 9, p. 255-300.
- ASHLEY, R.; WALKER, R. B. J. Introduction: speaking the language of exile: dissident thought in international studies. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 3 p. 259-268, 1990.
- ASHWORTH, Lucian M. Did the realist-idealist great debate really happen? A revisionist history of international relations. **International Relations**, v. 16, n. 1, p. 33-51, 2002.
- BARKIN, Samuel J. Realist constructivism. **International Studies Review**, v. 5, p. 325-342, 2003.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise, 1919-1939: uma introdução ao estudo das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 1981.
- COOPER, Martha; BLAIR, Carole. Foucault's ethics. **Qualitative Inquiry**, v. 8, n. 4, p. 511-531, 2002.
- COX, Robert W. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, R. O. (Ed.). **Neorealism and its critics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986. Cap. 8, p. 204-254.
- FINNEGAN, Richard B. International relations: the disputed search for method. **The Review of Politics**, v. 34, n. 1, p. 40-66, 1972.

GUZZINI, Stefano. A reconstruction of constructivism in international relations. **European Journal of International Relations**, v. 6, n. 2, p. 147-182, 2000.

HAAS, Michael. Bridge-building in international relations: a neotraditional plea. **International Studies Quarterly**, v. 11, n. 4, p. 320-338, 1967.

HERZ, John H. Political realism revisited. **International Studies Quarterly**, v. 25, n. 2, p. 182-197, 1981.

HOFFMANN, Stanley. International relations: the long road to theory. **World Politics**, v. 11, n. 3, p. 346-377, 1959.

HOPF, Ted. The promise of constructivism in international relations theory. **International Security**, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998.

KAPLAN, Morton. The new great debate: traditionalism vs. science in international relations. **World Politics**, v. 19, n. 1, p. 1-20, 1966.

KEOHANE, Robert. International institutions: two approaches (1988). In: DER DERIAN, James. **International theory: critical investigations**. New York: Nova Iorque: New York University Press, 1995. Cap. 11, p. 279-307.

KRATOCHWIL, Friedrich V. History, action and identity: revisiting the 'second' great debate and assessing its importance for social theory. **European Journal of International Relations**, v. 12, n. 1, p. 5-29, 2006.

KRATOCHWIL, Friedrich V. **Rules, norms and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LAPID, Yosef. The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era. **International Studies Quarterly**, v. 33, p. 235-254, 1989.

LIJPHART, Arend. The structure of the theoretical revolution in international relations. **International Studies Quarterly**, v. 18, n. 1, p. 41-74, 1974.

MORGENTHAU, Hans J. Another "great debate": the national interest of the United States. **The American Political Science Review**, v. 46, n. 4, p. 961-988, 1952.

MORGENTHAU, Hans J. The mainsprings of American foreign policy: the national interest vs. moral abstractions. **The American Political Science Review**, v. 44, n. 4, p. 833-854, 1950.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia: University of South California Press, 1989.

OSIANDER, Andreas. Rereading early twentieth-century IR theory: idealism revisited. **International Studies Quarterly**, v. 42, n. 3, p. 409-432, 1998.

PATOMAKI, Heikki; WIGHT, Colin. After postpositivism? The promises of critical realism. **International Studies Quarterly**, v. 44, p. 213-237, 2000.

PRICE, Richard; REUS-SMIT, Christian. Dangerous liaisons? Critical international theory and constructivism. **European Journal of International Relations**, v. 4, n. 3, p. 259-294, 1998.

SCHMIDT, Brian C. Anarchy, world politics and the birth of a discipline: American international relations, pluralist theory and the myth of interwar idealism. **International Relations**, v. 16, n. 1, p. 9-31, 2002.

SCHMIDT, Brian C. Lessons from the past: reassessing the interwar disciplinary history of international relations. **International Studies Quarterly**, v. 42, n. 3, p. 433-459, 1998.

THIES, Cameron G.. Progress, history and identity in international relations theory: the case of the idealist-realist debate. **European Journal of International Relations**, v. 8, n. 2, p. 147-185, 2002.

VIGNESWARAN, Darshan; QUIRK, Joel. **International relations' first great debate**: context and tradition. Department of International Relations, Australia National University, Working Paper, 2004/1, 2004.

WAEVER, Ole. The Rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International theory**: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Cap. 7, p. 149-185.

WALKER, R. B. J. **Inside/outside**: international relations as political theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o estado e a guerra**: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Tradução do livro **Man, the state and war**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1959).

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. (Tradução do livro **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979).

WELTMAN, John J. On the interpretation of international thought. **The Review of Politics**, v. 44, n. 1, p. 27-41, 1982.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WIENER, Antje. Constructivism: the limits of bridging gaps. **Journal of International Relations and Development**, v. 6, n. 3, p. 252-275, 2003.

WIENER, Antje. Constructivist approaches in international relations theory: puzzles and promises. **Constitutionalism Webpapers**, n. 5, p. 1-27, 2006.

WIGHT, Colin. Too much constructivism in too many wor(l)ds. In: WORKSHOP CENTER FOR INTERNATIONAL STUDIES, 2001. **(Re)Constructing constructivist international relations research**. Los Angeles: University of Southern California, out. 2001.

WILSON, Peter. Introduction: *The twenty years' crisis* and the category of "idealism" in international relations. In: LONG, David; WILSON, Peter. **Thinkers of the twenty years' crisis**: interwar idealism reassessed. Oxford: Clarendon Press, 1995. Cap.1, p. 1-24.